

## ALGUNS EMINENTES FATOS E ASPECTOS ENTRE O COMEÇO E O FIM DA GUERRA DO PELOPONESO

Rodrigo Correia de Rezende

I Período de História – Licenciatura

Este artigo busca refletir sobre a importância do estudo de alguns eminentes aspectos para a explicação de alguns fatores da Guerra do Peloponeso, abordando alguns fatos que ocorreram nesse período de tempo, de quando aconteceu a guerra, no contexto da antiguidade clássica, na Grécia Antiga do Século V a.C. Considera-se o fato de se entender como houve o processo do conflito travado entre Atenas e Esparta, que vai de 431 a 404 a.C., apresentando alguns imprescindíveis pensamentos de autores, como Tucídides, Mikhail Rosvtzeff, Pedro Paulo Funari e Paul Cartledge, que seja por obra de análise ou, como no caso de Tucídides narrado pelo próprio desde a antiguidade, que servirão como uma refulgente forma de entender eminentemente como se deu a Guerra do Peloponeso, para qualquer que seja o público interessado a ler o presente artigo.

Segundo Paul Cartledge, o mesmo descreve que para Tucídides, a Guerra do Peloponeso que ele escreveria fora a maior de toda a história helênica. Começa então de 431 a 404 a.C., efetivamente produziu enorme perturbação não só com o mundo grego do mar Egeu mas também até bem longe do oeste, na Sicília. Ainda fala que, os dois lados conseguiram apenas um empate, no entanto, o calamitoso fracasso da tentativa de Atenas em conquistar Siracusa e a Sicília (415-413 a.C.) virou a balança fortemente a favor de Esparta, especialmente quando a fragilidade naval ateniense no mar Egeu permitiu que os persas mais uma vez intervissem nos assuntos gregos, desta vez com a ajuda em dinheiro para Esparta (CARTLEDGE, 2009, p. 112).

Assim, os atenienses foram forçados a cunhar moedas de ouro. Depois de sobreviver a um violento episódio de guerra civil e de uma contrarrevolução oligárquica, junto com a perda de quase todo o império, Atenas finalmente foi levada à total submissão por um bloqueio naval e pela fome em 404. Por conseguinte, os espartanos logo derrubaram a democracia em Atenas e a substituíram por uma junta de

marionetes de oligarcas convictos. Logo depois, estes governaram de maneira tão sangrenta que adquiriram o rótulo de “Trinta Tiranos” e instigaram até mesmo Esparta a tolerar o retorno da democracia em Atenas em 403. Por tanto, a democracia restaurada se conduziu com prudência suficiente para durar oitenta anos mais, antes que era outra potência estrangeira, a Macedônia, lhe impusesse um fim definitivo (CARTLEDGE, 2009, p. 114).

Segundo Mikhail Rostovtzeff, é extraordinário que a democracia ateniense, ao mesmo tempo em que tomava o caminho do imperialismo, apoiava a causa democrática em todos os Estados que dependiam de Atenas. Julgava que os democratas, cuja maioria pertencia à classe industrial e profissional, apoiariam seu imperialismo comercial, mesmo que se causarem danos à independência política de comunidades isoladamente (ROSTOVTZEFF, 1973, p. 163).

Ainda, segundo Mikhail Rostovtzeff, a explicação do conflito deve ser encontrada não apenas no ponto de vista político fundamentalmente diferente assumido por duas potências praticamente iguais na Grécia, mas também numa série de incidentes que o acompanhavam e que amadureceram e apressaram o choque armado. O crescente comércio e indústria de Atenas e dos Estados a ela aliados, incluindo as ilhas e as cidades anatólias, tornou ainda mais agudo o problema dos mercados ocidentais, que não tinha sido solucionado de 500-450 a.C. Corinto e Mégara não queriam nem podiam suportar a competição cada vez maior de Atenas na Itália e na Sicília (ROSTOVZEFF, 1973, p. 163).

Para Tucídides, obviamente a região agora chamada Hélade não era povoada estavelmente desde a mais alta antiguidade; migrações haviam sido frequentes nos primeiros tempos, cada povo deixando facilmente suas terras sempre que forçado por ataques de qualquer tribo mais numerosa. Não havia, com efeito, movimento comercial e os povos não se aproximavam uns dos outros sem medo, seja por terra, seja por mar; cada povo arava sua própria terra apenas o bastante para obter delas os meios de sobrevivência, não tendo recursos excedentes e não plantando para o futuro, pois a perspectiva de saque por algum invasor, especialmente por não haver ainda muralhas, gerava incerteza (TUCÍDIDES, I, 2).

Segundo Tucídides, ao mesmo tempo foi acordado os beotarcas, os coríntios, os megáricos e os enviados da Trácia que deveriam comprometer-se mutuamente por juramentos, no sentido de que, quando chegasse a ocasião, todos apoiariam efetivamente qualquer deles que necessitasse de ajuda, e não iriam à guerra nem concluiriam qualquer deles que necessitasse de ajuda, e não iriam à guerra nem concluiriam qualquer tratado sem um acordo unânime; isto feito, os beócios e os megáricos, que agiam em conjunto, concluíram um tratado com os argivos. Desse modo, antes da troca de juramentos os beotarcas comunicaram aquelas resoluções aos quatro conselhos dos beócios, detentores da autoridade suprema, e recomendaram que fosse jurada assistência mútua entre as cidades dispostas a fazê-lo. Por conseguinte, os membros dos conselhos beócios, porém, não aceitaram a proposta, receando ofender os lacedemônios por causa da troca de juramentos com os coríntios, que se haviam afastado deles (TUCÍDIDES, V, 38).

De acordo com Mikhail Rostovtzeff, o ponto crítico de uma longa rivalidade, política e econômica, entre Atenas e o Peloponeso foi atingindo quando Atenas decidiu que certas questões relativas a Mégara e Corcira estavam já maduras para serem solucionadas. Péricles foi instado pelo contínuo atrito com Mégara a dar o passo decisivo para o bloqueio da cidade. Desse modo, ao mesmo tempo, Atenas foi forçada a tomar uma atitude definida na questão ocidental. Em 433 a.C., Corcira, uma abastada colônia de Corinto e a ponte natural entre a Grécia e o Ocidente, vendo que seus interesses comerciais constantemente discordavam dos de sua cidade materna, expressou sua vontade em celebrar uma aliança com Atenas. Logo, pois, Esparta precisava decidir se as águas ocidentais deveriam ser entregues a Atenas ou não. Era quase impossível para Atenas recuar: deter a expansão do seu comércio significava pôr em perigo a própria existência do seu império (ROSTOVTZEFF, 1973, p. 166)

Assim, Esparta decidiu-se pela guerra, embora suas perspectivas de vitória não fossem muito favoráveis. Era uma luta pelo domínio do mar, exigindo, acima de tudo, uma frota e dinheiro, e ela, como potência terrestre e agrícola, não tinha nenhum dos dois. No entanto, por outro lado, Atenas possuía uma frota, grande reserva de dinheiro, controle das rotas de comércio, grande número de homens para servir na frota e no

exército e considerável riqueza acumulada pelos cidadãos individualmente. Péricles, não é de se espantar, insiste na guerra. Ainda assim, Esparta não agiu sem motivos definidos. Sua principal superioridade estava em seu exército. A guerra civil dentro do império poderia acontecer, era possível, pois se Atenas decidisse travar uma batalha campal em defesa do seu território, Esparta poderia vencê-la facilmente em terra, e essa derrota poderia, naturalmente, levar à ruptura da confederação ateniense e à defecção dos aliados, assim viria a guerra civil em seu império (ROSTOVZEFF, 1973, 167).

Eminente fato é, de que, a guerra, segundo Mikhail Rostovzeff, se arrastou por vinte e oito anos, começando em 431 a.C., de operações ininterruptas. Assim, Tucídides, um contemporâneo e, ele próprio, partícipe da guerra – certa feita comandara uma força ateniense – deixou-nos, sobre ela, uma descrição que é um dos mais nobres monumentos do gênio grego em literatura e arte. Rostovzeff, descreve que o esboço geral é o seguinte: Os primeiros dez anos são algo monótonos. O plano espartano era invadir a Ática anualmente, no tempo da colheita, para levar a população ao desespero e forçar os atenienses a lutarem uma batalha decisiva. Eminente fato é, que, a política de Atenas era abster-se de um embate em solo ático e, por causa disso, a população foi trazida para dentro da cidade. Ao mesmo tempo os atenienses usaram de todos os meios para capturar as rotas marítimas ocidentais, isto é, o caminho pelo golfo de Corinto e ao redor do Peloponeso (ROSTOVZEFF, 1977, p. 167).

Para Pedro Paulo Funari, para que possamos entender a Guerra do Peloponeso, faz-se necessário tratar, ainda que de maneira breve, do contexto histórico e cultural em que se inseria. O que chamamos de mundo grego era composto de uma pletera de cidades autônomas, as póleis, espalhadas por grande área, no Mediterrâneo Oriental, incluindo as ilhas do mar Egeu, além das colônias gregas fundadas no Mediterrâneo Ocidental, no que viria a ser Itália, França e Espanha (FUNARI, 2006, p. 20).

E, segundo Pedro Paulo Funari, o historiador e arqueólogo francês Yvon Garlan bem constatou a “onipresença da guerra” no mundo grego, algo que se expressa no volumoso vocabulário usado pelos gregos para se referir à guerra e ao conflito militar: pólemos (guerra), agón (competição), mákhe (batalha), para não mencionarmos os derivados. A virtude masculina por excelência, areté, era a coragem, ousadia ou

petulância na luta, como na *Ilíada*, Canto 20, 411-412: “confiando nos pés céleres, com petulância pueril, desabalado, se exibia na linha de frente até perder a vida” (tradução de Haroldo de Campos). A luta era elemento central na educação dos meninos gregos, e a guerra constituía tanto parte integrante da vida em sociedade, como atividade essencial para definir as subjetividades, para a formação dos indivíduos e dos coletivos humanos (FUNARI, 2006, p. 22).

Conforme Pedro Paulo Funari, o que se pode falar sobre as origens da Guerra do Peloponeso, é que no verão de 440 a.C., iniciou-se um conflito entre Samos e Mileto pelo controle de Priene, cidade situada entre ambas. A ilha de Samos era autônoma, membro da Liga de Delos, o mais importante dos três únicos aliados que não pagavam impostos a Atenas e possuía marinha própria. Mileto também era membro da liga. Quando os milésios pediram ajuda, Atenas acudiu e submeteu a contenda à arbitragem, refutada por Samos. Péricles (490-429 a.C), o grande líder democrático ateniense, comandou então uma frota contra Samos, depôs a oligarquia, instalou um governo democrático, impôs uma indenização, tomou reféns e deixou uma guarnição na ilha para manter a nova ordem. Algumas das antigas lideranças de Samos recorreram ao sátrapa (governador) persa da Ásia Menor para reagir, derrotando por fim o novo regime democrático e a guarnição ateniense (FUNARI, 2006, p. 31).

Assim, a partir desse episódio, outros aliados ameaçaram revoltar-se contra a hegemonia ateniense com apoio persa, e a Liga do Peloponeso foi instada a apoiar a rebelião — o que, entretanto, acabou não ocorrendo, pois os espartanos temiam expandir sua hegemonia a cidades marítimas e distantes das suas bases terrestres (FUNARI, 2006, p. 31).

De acordo com Tucídides, depois de haverem atacado os atenienses e seus aliados com dardos lançados de todos os lados durante todo o dia, e de os verem finalmente exaustos em consequência de ferimentos e de outras provações, Gílipos, 58 Cerca de 9 km. 472 TUCÍDIDES os siracusanos e seus aliados fizeram uma proclamação segundo a qual todos os ilhéus que desejassem poderiam passar-se para o seu lado com a garantia de liberdade (algumas cidades - não muitas - aderiram logo). Foi feito um acordo em seguida com todas as tropas restantes sob o comando de Demóstenes mediante o qual,

se elas entregassem as armas, ninguém seria morto violentamente, ou em consequência de prisão, ou por privação do mínimo necessário à sobrevivência; assim se renderam seis mil soldados, que entregaram também todo o dinheiro em sua posse, lançando-o em escudos virados para cima e enchendo quatro deles; os siracusanos levaram imediatamente aqueles cativos para a cidade. Quanto a Nícias, ele e seus soldados chegaram ao rio Erineos naquele mesmo dia, e depois de atravessá-lo acamparam numa elevação (TUCÍDIDES, VII, 82).

Segundo Tucídides, depois de muitos dias, outro intrínseco fato é que, os siracusanos foram ao seu encontro e lhe disseram que as tropas comandadas por Demóstenes se haviam rendido, exortando-o a fazer o mesmo; Nícias desconfiou da veracidade da notícia e obteve autorização para mandar um cavaleriano, mediante trégua, para informar-se da situação no local. Este, ao voltar, confirmou que eles se haviam realmente rendido e Nícias, diante do fato consumado, comunicou a Gílipos e aos siracusanos através de um arauto que estava disposto a concordar, em nome dos atenienses, com o pagamento aos siracusanos de uma importância correspondente a todos os gastos deles nesta guerra, sob a condição de deixarem as suas tropas partir de volta; até que o dinheiro lhes fosse entregue ele ofereceria atenienses como reféns, à razão de um homem para cada talento (TUCÍDIDES, VII, 83)

Segundo, pois, Mikhail Rostovtzeff, após a expulsão de Alcibíades, os atenienses fizeram mais um grande esforço. O principal objetivo dos espartanos e persas era conquistar as águas da região Nordeste e assim privar Atenas dos suprimentos de alimentos vindos do mar negro. Por conseguinte, o fracasso dos generais em salvar seus homens do afogamento provocou uma explosão de ira na assembleia popular em Atenas. Os generais foram privados do seu comando e os que voltaram para casa foram mortos. Essa justiça sumária não encorajou seus sucessores. A esta causa, entre outras, os atenienses devem sua derrota final e decisiva, ocorrida em Egospotamós, próximo da entrada de Helesponto (ROSTOVITZEFF, 1973, p. 171.)

Ainda, portanto, segundo Mikhail Rostovtzeff, com a frota pereceu a última esperança de Atenas. Ela foi obrigada a aceitar os termos de paz ditados por Esparta em 404 a.C. As muralhas do Pireu foram destruídas juntamente com as de Atenas; a frota

com excessão de doze navios, foi destruída e Atenas foi forçada a unir-se à liga lacedomônia, em completa dependência de Esparta. Contudo, ela continuou existindo como um Estado independente, a despeito da insistência com que Mégara e Corinto exigiam sua completa destruição. Com efeito, Esparta chegou a levar longe demais sua política de magnanimidade a ponto de não exigir que Atenas mantivesse o governo oligárquico criado por Lisandro e continuado por Crítias e pelo restante dos Trintas Tiranos. Desse modo, soluciona-se definitivamente a questão fundamental da política grega. Compara-se liberdade local e o autodeterminismo de cada Estado; o preço pago fora o colapso de uma tentativa para consolidar a Grécia numa só unidade política. Assim, é verdade que essa tentativa se baseara na predominância de um Estado sobre o restante (ROSTOVTZEFF, 1973, p. 171-172).

## Referências Bibliográficas

CARTLEDGE, Paul. **História ilustrada Grécia Antiga**, organizador; tradução Laura Alves e Aurélio Rebello. – 2. ed. – São Paulo: Ediouro, 2009. p. 112-114.

FUNARI, Pedro Paulo. **Guerra do Peloponeso**. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). *História das Guerras*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 20-31.

ROSTOVTZEFF, Mikhail. **História da Grécia**. A Grécia e os Reinos Egeus. Editora Zahar. Ano 1973. Tradução Edmond Jorge. p. 163-172.

TUCÍDIDES (c. 460 - c. 400 a.C) T532h **História da Guerra do Peloponeso**. Trad. do grego de Mário da Gama Kury. - 4. edição - Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.